

NIEP – MARX
MARX E O MARXISMO 2019: MARXISMO SEM TABUS – ENFRENTANDO
OPRESSÕES

LUCCAS BERNACCHIO GISSONI
Professor/Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza; Mestrando Economia
Política Mundial/UFABC

A CONTROVÉRSIA ACERCA DOS MODOS DE PRODUÇÃO NA AMÉRICA LATINA
E O DEBATE FRANK-LACLAU

Niterói
2019

INTRODUÇÃO

Muitos pensadores da formação social latino-americana estão de acordo que a primeira interpretação sistemática acerca da formação histórica de nossas sociedades caracterizam-nas dentro da tipologia de sociedades feudais (FRANK, 2005; GORENDER, 2016; LACLAU, 1971; STERN, 1988). Especificamente sobre o Brasil, pontuou-se que a sua “interpretação histórica (...) sob o prisma de categorias sociológicas” supera o “simples envolver cronológico de acontecimentos políticos” quando do “distanciamento entre o passado e o presente nascia a intuição de que o país tinha *história*, isto é, de que no seu corpo social haviam ocorrido transformações” (GORENDER, 2016, p. 49). Já no século XIX temos os primeiros exemplos da construção de modelos de sociedades feudais, mas o feudalismo é aí entendido de forma imprecisa (GORENDER, 2016), visto que “o sentido oitocentista de ‘feudalismo’ referia-se menos a relações econômicas que a padrões políticos, sociais e jurídicos” (STERN, 1988, p. 832, tradução livre). No século XX, entretanto, a interpretação avança com tentativas mais sofisticadas, mas a tipificação feudal continua predominando no entendimento das sociedades e economias latino-americanas (STERN, 1988).¹

O dissenso e a proposição de uma linha interpretativa alternativa começa, no Brasil, com a teoria dos ciclos, que faz uma periodização da história econômica colonial-imperial por meio da sucessão dos produtos-líder de exportação, isto é, pau-brasil, açúcar, ouro, algodão e café (GORENDER, 2016).² A teoria dos ciclos é, entretanto, superada pela ideia do *sentido da colonização*, o qual subjaz os sucessivos ciclos e mostra neles a ocorrência de “manifestações sequenciais de algo mais profundo, de uma realidade permanente e imanente – a *estrutura exportadora* da economia colonial” (GORENDER, 2016, p. 51, grifo do autor). No restante do continente, uma série de interpretações surgiram nos anos 1940 questionando a linha feudalista prevalecente, as quais jogaram luz sobre a veia empresarial e a busca do lucro pelos colonizadores, a exploração mercantil como força estruturante da economia e da sociedade, e a posição do continente de fornecedor de produtos primários ou de excedente econômico para o capital mercantil europeu, e

¹ Gorender classifica os trabalhos de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre dentro da linha feudalista “imprecisa”, os de Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré como sendo uma “teoria categórica da sociedade feudal no Brasil” (mais adiante menciona Nestor Duarte e Marcello Carmagnani como sendo também expoentes da escola feudalista), e os de Ignácio Rangel e Jacques Lambert como sendo a “formalização (mais) bem definida” das “interpretações ditas dualistas”, que também estaria presente em J. F. Normano e Celso Furtado (GORENDER, 2016, p. 49–52); já Stern classifica “José Carlos Mariátegui e Lesley B. Simpson nos anos 1920; Luís Chávez Orozco, Gilberto Freyre, George McBride, Rodolfo Puiggrós, e Silvio Zavala nos anos 1930 e 1940; Woodrow Borah, François Chevalier, e Jacques Lambert nos anos 1950 e 1960”, todos como sendo “figuras proeminentes e no mais diversas que invocaram um passado de tipo feudal para entender características perduráveis da vida e história latino-americanas” (STERN, 1988, p. 832, tradução livre).

² Gorender destaca o português J. Lúcio de Azevedo e os brasileiros J. F. Normano e Roberto Simonsen como expoentes dessa teoria (GORENDER, 2016).

coincidiram com a crítica à teoria das vantagens comparativas do comércio internacional realizada no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL – da ONU. (STERN, 1988).³

Essa linha interpretativa faz do mercado a “chave explicativa da economia colonial” (GORENDER, 2016, p. 53), substitui o patriarca ou o aristocrata pelo empresário (GORENDER, 2016; STERN, 1988), destaca a busca do lucro como motor da ação do mesmo (LACLAU, 1971; STERN, 1988), mas não classifica explicitamente as sociedades coloniais latino-americanas como capitalistas. Ela se desenvolveu, na década de 1960, na dita “teoria da dependência” que, criticando tanto a economia neoclássica ortodoxa quanto as teorias do desenvolvimento, propôs uma “visão alternativa da história e realidade latino-americanas enfatizando os entraves externos e as imposições do capitalismo internacional” (STERN, 1988, p. 834, tradução livre). O clima revisionista cresceu, também, entre os estudos sociológicos e históricos, indo de encontro às interpretações que veiculavam sociedades harmoniosas ou que propugnavam uma separação entre o campo “tradicional” ou “colonial” e as cidades “modernas” e “capitalistas” (STERN, 1988).⁴

As obras de Cardoso e Faletto (1975) e Frank (2005) alçaram-se à condição de referência obrigatória na discussão da dependência, a segunda das quais explicitamente afirma a condição de capitalista – desde o século XVI – mesmo das regiões mais remotas do continente, e contribuiu para desbancar as teses dualistas antes prevalentes (STERN, 1988). Quando Laclau (1971) dirige importante crítica a Frank, levando ao que se chamou debate Frank-Laclau, o faz propondo uma síntese do entre as posições feudalistas e as de Frank, aceitando deste a afirmação de que o desenvolvimento do capitalismo gera subdesenvolvimento nas áreas “satélites”, mas recusando que isto torne as últimas capitalistas. Vejamos esse debate em detalhe.

³ Gorender destaca Caio Prado Júnior como fundador da “ideia da economia de estrutura exportadora” no Brasil – é de seu *Formação do Brasil contemporâneo* (PRADO JÚNIOR, 1977) o seminal conceito de “sentido” da colonização – a qual também seria abraçada por Celso Furtado e “toda uma corrente de historiadores paulistas, de Alice Canabrava a Fernando Novais (mais adiante cita Fernando Henrique Cardoso)”, além de Eric Williams; Stern menciona Sergio Bagú, Jan Bazant, Alexander Marchant, José Miranda, Caio Prado Jr., e, no Caribe, C. L. R. James e Eric Williams, além do secretário executivo da CEPAL, Raúl Prebisch. (STERN, 1988).

⁴ Stern levantou os pensadores e pensadoras do período com influenciados pela linha revisionista da teoria da dependência: no Brasil, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, e Emília Viotti da Costa; no México, Pablo Gonzalez Casanova, Rodolfo Stavenhagen, Alejandro Marroquin, e Carlos Fuentes; no Peru, Jorge Bravo Bresani, Carlos Malpica, José Matos Mar, e Aníbal Quijano Obregón. Ele também cita Theotônio dos Santos, Luis Vitale e Stavenhagen como autores de estudos voltados para o conjunto do continente, e não em questões nacionais específicas (STERN, 1988). Salta aos olhos, no entanto, que, em que pese o extensibilíssimo levantamento do autor estadunidense, não há menção a Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra.

A POSIÇÃO FEUDALISTA DE ALBERTO PASSOS GUIMARÃES E NELSON WERNECK SODRÉ

A tese que propugna a existência do modo de produção feudal no Brasil foi esposada por setores ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), vinculando-se a uma formulação estratégica dos comunistas que advogava a aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional para derrotar o imperialismo e o latifúndio, entendido este como feudal, e realizar a reforma agrária (GUIMARÃES, 1989; PCB, 1980a, 1980b; PRESTES, 1980). Alberto Passos Guimarães aponta, por exemplo, que a tese contrária, a de um capitalismo colonial, é “conservadora, reacionária” e indica “uma estratégia política não-reformista ou não-revolucionária, uma estratégia *evolucionista*...” (GUIMARÃES, 1989, p. 33–34), que redundava no via do desenvolvimento pela maior injeção de capital no campo, sem alterar suas relações sociais, para assim supostamente obter sua modernização. Também Nelson Werneck Sodré (1962, 1980) chama feudais a relações de produção predominantes no interior do Brasil baseadas na percepção da renda da terra. O autor esquiva-se da acusação de dogmatismo e esquematismo que presumivelmente afirmariam ter ele visto uma sucessão, no Brasil, dos estágios históricos previstos pelo “modelo conceitual”. Não diz, contudo, o fundamental: dogmática e esquemática   a presunção de que qualquer forma de feudalismo terá necessariamente as características presentes no ocidente europeu. De suas teses se depreende, ao contrário, a visão de que o modo de produ o em terra teria determinadas características abstratas essenciais, e por isso universais, mas que se manifestam contudo de forma divergente na realidade histórica empírica. Dizendo, assim, ter havido na história diversas formas de feudalismo, o autor aponta o erro consistente em “confundir o conceito, que pertence ao geral ou ao universal, com a forma concreta, que pertence ao particular” (SODRÉ, 1980, p. 145).⁵

Sodré parte de três premissas fundamentais. A primeira consiste no desenvolvimento desigual ou heterocronia, que brota da coloniza o do território brasileiro, no qual predominavam as rela es de produ o ditas primitivas, no momento em que declinava o feudalismo europeu; daí colônia e metrópole estarem em diferentes estágios da história no mesmo momento. A segunda premissa, que   na verdade idêntica   primeira,   coexistência, no território brasileiro, de diferentes etapas históricas em regiões diferentes, o que chamou “contemporaneidade do não-coetâneo”. A terceira premissa   dada pela transplanta o, do exterior, dos alicerces da sociedade brasileira, que avançaram sobre a

⁵ A discussão atual no marxismo sobre o *modo de produ o tributário* procura dar conta dessas características universais das rela es de produ o baseadas na renda da terra ou na apropria o direta do produto excedente, presentes no feudalismo europeu – o qual foi tradicionalmente associado, no entanto, a vários outros caracteres superestruturais – mas também no chamado modo de produ o asiático. Cf. Haldon (1993), Amin (1999, 2014) e Banaji (2011).

comunidade primitiva indígena, de modo que não houve “continuidade” ou “passagem” entre ambos; além disso, as condições da sociedade africana não foram transferidas ao Brasil pela transplantação, pois o escravismo promoveu sua destruição cultural. Deste modo “(a) sociedade colonial começa, pois, com os traços que definiam a sociedade metropolitana, mais o escravismo...” (SODRÉ, 1980, p. 137).

Outro elemento teórico importante da formulação de Sodré é o duplo dimensionamento do problema, que passa a ser entendido dialeticamente em sua dimensão universal e local. Este elemento articula-se com a premissa do desenvolvimento desigual supracitada para que se localize a tese do feudalismo no debate mais amplo. Assim, visto de sua dimensão universal, trata-se realmente do problema da acumulação primitiva de capital e da formação do mercado mundial; entretanto, desde a dimensão local, trata-se do escravismo, resultado daquela heterocronia no que se refere ao desenvolvimento histórico de diferentes partes do globo. Se isto importa uma crítica à tese de Novais e ao modelo pradiano, importa, simultaneamente, uma crítica à tese do escravismo colonial, visto que a razão para qualificar como “colonial” ou “moderno” o escravismo brasileiro, segundo o autor, brota da constatação da extinção do escravismo antigo. Para as áreas em que vigorou o escravismo dito moderno, afirma contudo, é irrelevante ter existido e sido superado um escravismo dito antigo; localmente há o escravismo, simplesmente, que existe porque existe a heterocronia histórica.

Mas não se trata, desde logo, da ocorrência de um único modo de produção. A segunda premissa supracitada leva, portanto, ao entendimento de junto ao escravismo, instalado desde o início da colonização nas áreas agroexportadoras do litoral (e, eventualmente, nas áreas mineiras), concorreu o feudalismo interiorano, instalado na maior parte do território também logo que foram sendo colonizados. O autor questiona se as relações estabelecidas entre os jesuítas e os indígenas nas regiões amazônica e sulina não seria de tipo feudal, bem como a economia da Capitania de São Vicente, afirmando ser fora de dúvida que desse tipo eram as relações de produção estabelecidas no sertão pastoril. A respeito da região mineira, é levantada a tese da “regressão feudal”, segundo a qual aí se passa do modo de produção escravista ao feudal quando se dá o declínio econômico, constituindo este fenômeno um retrocesso econômico, ao contrário do previsto pelo modelo. Expressa-se também aqui, portanto, a divergência entre o modelo lógico abstrato (correspondente à história do ocidente europeu) e o fenômeno histórico concreto. Temos, deste modo, um “feudalismo não codificado, mas expresso na renda de forma clara” (SODRÉ, 1980, p. 147), e assentado sobre o latifúndio. E aqui se coloca o problema da transição, que, se na região mineira constitui um retrocesso, no caso da

economia cafeeira corresponde ao deslocamento da região produtiva. Noutras regiões, ainda, o feudalismo estabeleceu-se de forma originária. Assim, também a transição foge ao modelo teórico.

Sodré critica, outrossim, os autores que entendem que se estabeleceram, desde o início da colonização, relações capitalistas no Brasil, “quando nem havia capitalismo dominante no próprio ocidente europeu” (SODRÉ, 1980, p. 143). Poderia se afirmar que os autores do modelo pradiano esquivam-se da questão, como também o fazem Pires e Costa (2000), preferindo sublinhar as relações entre a colônia brasileira e o capital europeu; o capitalismo colonial, entretanto, é enfaticamente afirmado por Andre Gunder Frank (2005). A crítica de Sodré enfatiza, de todo modo, a relação entre o universal e o particular, e menciona, citando Rosa Luxemburgo, que “adiante, quando o capitalismo triunfa no ocidente europeu, põe a seu serviço uma variadíssima constelação de formas de produção não-capitalistas” (SODRÉ, 1980, p. 143).⁶

Alberto Passos Guimarães (1989) apresenta uma tese curiosa. Segundo sua visão, não é exatamente por ser Portugal um país feudal que se transplanta esse modo de produção ao Brasil, mas, ao contrário, mais precisamente por se encontrar a sociedade feudal metropolitana em desagregação e pelo fato da colonização “transportar para o território dominado os elementos mais regressivos do país dominante” (GUIMARÃES, 1989, p. 22) que a última estabelece na colônia esse modo de produção.⁷ Assim, diverge dos autores que veem um capitalismo ascendente no século XVI e pensam que a colonização fundaria sociedades “de um tipo mais avançado que a metropolitana” (GUIMARÃES, 1989, p. 22); o autor vê essa ascensão – embora também ressalte o caráter feudal das sociedades portuguesa – mas sublinha que ela não se imprime na colônia. Neste ponto, aproximam-se da tese de Guimarães os autores Florentino e Fragoso (2001), para quem a expansão marítima portuguesa, ao menos de início, apresentava-se como uma alternativa de enfrentamento à crise e à decadência da aristocracia. Esta comparação será tratada adiante.

Guimarães argumenta que a colonização foi uma empresa perpetrada pela fidalguia lusa arruinada, que sonhava em reestabelecer na América as glórias de um medievalismo pretérito, associada ao capital mercantil e usurário, cuja atuação mostrou-se imprescindível à consecução da

⁶ Sobre a necessidade estrutural do capitalismo comercial novecentista expandir e consolidar as relações precapitalistas na periferia do sistema capitalista mundial, cf. Laclau (1971).

⁷ Por outro lado, afirma também o seguinte: “(d)esde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios quer surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar, no Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal. E não poderia deixar de assim ter procedido, porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir – a ordem de produção peninsular no século da Descoberta – continuava a ser, por suas características essenciais, a ordem de produção feudal” (GUIMARÃES, 1989, p. 24, grifei). O autor pressupõe aí que o modelo de colonização adotado pela Coroa, e não as forças produtivas e relações de produção presentes, é o elemento determinante.

empresa colonial, com o predomínio da primeira. Criticando os que veem capitalismo na colônia em razão do caráter comercial da produção – que identifica com o mercantilismo, amplamente entendido, e não com o capitalismo – o autor argumenta que “(n)a impossibilidade de contar com o servo da gleba, o *feudalismo colonial* teve de regredir ao escravismo” (GUIMARÃES, 1989, p. 29, grifo meu); as relações escravistas ficam assim reduzidas a uma resposta de menor importância às circunstâncias impostas pela realidade da formação social, solução que foi criticada por Gorender, segundo quem para Guimarães as relações escravistas são “fenômeno considerado secundário diante do privilegiamento teórico da grande propriedade territorial” (GORENDER, 2016, p. 50). Com efeito, Guimarães afirmou o seguinte:

Nenhuma dessas alterações, a que precisou amoldar-se o latifúndio colonial, foi bastante para diluir o seu caráter feudal. Muito frequentemente as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos lotes de terra que lhe eram reservados. Dêsse modo, o regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho. Não faltava aos senhorios coloniais a massa de moradores “livres” ou de agregados, utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias desligadas da produção, os quais coloriam o pano de fundo do cenário feudal (GUIMARÃES, 1989, p. 29).

Guimarães também apresenta uma perspectiva metodológica interessante ao avaliar que antes do advento do capitalismo industrial, durante o longo “reinado” de sete mil anos do mercantilismo, “os germes do capitalismo (...) buscavam as condições necessárias para a sua concretização histórica”. Isso propiciou o lento acúmulo de condições que vierem se somando historicamente, tendo havido contudo um “salto qualitativo” quando se registrou “o fim da coação feudal, da coação extra-econômica sobre o trabalhador, para que ele pudesse vender livremente sua força de trabalho, como assalariado, ao capitalista” (GUIMARÃES, 1989, p. 30). Essa coação não impediu, desde logo, a ocorrência, na história, de formas capitalistas de produção em contextos precapitalistas, como por exemplo relações “esporádicas” de assalariamento ou a produção voltada para o valor de troca. Assim, essas raras ocorrências de formas capitalistas de produção aos poucos tornaram-se mais frequentes; o “salto”, contudo, veio com o fim daquela coação, o que coincide com a revolução e o capitalismo industriais e o modo de produção capitalista. Este entendimento está de acordo com Marx (1959, p. 320–321).

A tese em tela, além de apontar para a agenda política de destruição do monopólio feudal da terra, principal base de poder da aristocracia agrária, sublinha também as relações de dependência pessoal típicas do campo brasileiro:

O poder extra-econômico é uma característica e uma sobrevivência do feudalismo. Ele se exerce, ainda nos nossos dias, através do “governo” das coisas e das pessoas dentro e em torno dos latifúndios. Aquilo que Antonil recriminava no século XVIII (“Quem chegou a ter

título de senhor, parece que em todos quer dependência de servos”) e Koster observava no século XIX (“O grande poder do agricultor, não somente nos seus escravos mas sua autoridade sobre as pessoas livres das classes pobres”), revive, no século XX, sob a forma do “coronelismo” de antes de 1930 e, com algumas modificações no estilo, não desapareceu até hoje (GUIMARÃES, 1989).

O autor entende que a prova definitiva da tese do feudalismo colonial foi dada pela recomposição do latifúndio depois da Abolição, a qual mostra que a escravidão não era a relação fundamental para a manutenção da estrutura econômica, e sim a propriedade fundiária. Isto pode ser considerado um argumento contra a tese do escravismo colonial, embora *avant la lettre*.

Tendo ficado intactos o monopólio feudal e colonial da terra e seu imenso poder de coação extra-econômica, o latifúndio pôde, mesmo desfalcado de seus anteriores recursos econômicos, prolongar pelo tempo a crueldade do tipo de exploração semiescravista ou semi-servil que era a única compatível com a sua estrutura. Catou em todas as partes do mundo devastado pela miséria rural um tipo “inferior” na escala humana que viesse substituir o negro; experimentou os cules chins (*sic*), tentou subjugar os imigrantes europeus e acabou por convercer-se que seus melhores servos da gleba seriam os próprios trabalhadores nativos, os caboclos que antes tanto desprezara. Os instrumentos jurídicos necessários para essa reintegração do sistema latifundiário em suas mais remotas tradições foram a lei de locação de serviços e os famigerados contratos de parceria, uma ardilosa recomposição legal, instituída pelo Senador Vergueiro, dos velhos costumes soterrados com a Idade Média (GUIMARÃES, 1989, p. 39).

A POSIÇÃO CAPITALISTA DE ANDRÉ GUNDER FRANK

André Gunder Frank apresenta a posição que denomina “feudalista” – segundo a qual a estrutura da sociedade latino-americana, herdada do período colonial, é feudal – como uma tese oriunda do pensamento burguês, que seria reproduzida também pelos que chama “marxistas tradicionais”. Segundo o autor, essa tese identificaria desenvolvimento com capitalismo e subdesenvolvimento com feudalismo, e implicaria três aspectos diferentes e não mutuamente excludentes: (a) o feudalismo antecede o capitalismo, sendo produto da colonização do território; (b) o feudalismo coexiste com o capitalismo, sendo que o último predomina atualmente (a primeira edição do texto é de 1965) nas limitadas áreas urbanas mais desenvolvidas; e (c) o capitalismo penetra no feudalismo, isto é, está lenta e continuamente invadindo o campo e transformando as relações feudais aí existentes por meio da proletarianização do campesinato e racionalização da agricultura. A tese feudalista, deste modo, identifica-se com as teses dualistas, as quais sublinham a existência de dois setores – um moderno e outro atrasado – nas economias latino-americanas (FRANK, 2005).

Frank afirma que a tese feudalista encontra dificuldades para explicar a evolução das sociedades coloniais no tempo. Ele critica o argumento da preexistência feudal em Sodré, dizendo tratar-se de uma “aplicação mecânica ao Brasil da tese de Marx acerca do desenvolvimento do capitalismo na Europa” (FRANK, 2005, p. 149, tradução livre). Segundo ele, Marx afirma que “o mercantilismo (o comércio) não bastava para originar o capitalismo na Europa e que para isso

necessitava-se da indústria (da produção)” (*idem*), afirmando que Sodré tira daí a conclusão de que o mercantilismo tampouco poderia produzir o capitalismo no Brasil. O autor aventava então a possibilidade de que o feudalismo poderia “reinar” na Europa e em Portugal e que, entretanto, o setor mercantilista da metrópole lusitana tenha colonizado o Brasil, colocando sob dúvida o interesse e a capacidade de uma sociedade feudal colonizar um novo continente.⁸

Analogamente, o argumento da coexistência feudal não explica, de acordo com Frank, como o capitalismo chegou à América Latina, assim como o da penetração capitalista. Se os laços mercantis com a Europa sempre foram acentuados, é pouco provável que o capitalismo latino-americano tenha surgido endogenamente, como foi naquele continente; fica-se, contudo, sem resposta à essa questão.

O autor defende a necessidade de se investigar a história concreta dos países subdesenvolvidos para se identificar a raiz desse fenômeno, o que o leva a concluir que o subdesenvolvimento é um fenômeno histórico produzido pelo desenvolvimento capitalista, e não um estágio em direção ao desenvolvimento. Por essa razão, argumenta que os países desenvolvidos jamais foram subdesenvolvidos; foram, apenas, não-desenvolvidos. O subdesenvolvimento é produto de uma relação “metrópole-satélite” em que aquela limita as possibilidades de desenvolvimento deste na mesma medida em que ambos são ligados entre si, o que vai de encontro à tese feudalista de que o subdesenvolvimento é produto do isolamento econômico. Essa relação metrópole-satélite reproduz-se *fractalmente* desde a metrópole global, que, por meio da drenagem do excedente econômico, “sateliza” a capital nacional da colônia, que, por sua vez, sateliza as capitais provinciais, que satelizam as cidades locais, sendo elas próprias a metrópole do meio agrário quem as orbitam. Uma mesma cidade é, logo, ao mesmo tempo metrópole de uma e satélite de outra (FRANK, 1969).⁹

O autor enfatiza a esterilidade de se identificar capitalismo ao desenvolvimento e feudalismo ao subdesenvolvimento. O capitalismo, afirma, não é exclusivo das regiões de economia mais avançada: em todo tempo e lugar, o desenvolvimento do capitalismo produz desenvolvimento e subdesenvolvimento (FRANK, 2005). Claro está, o subdesenvolvimento é uma forma de desenvolvimento: as regiões mais integradas ao capitalismo mundial na condição de satélites experimentam um determinado grau de desenvolvimento, o qual é, no entanto, limitado por essa mesma condição. Mais além, quando sua riqueza ou seu mercado se esgotam e essas regiões são

⁸ O pressuposto, em princípio pacífico, de que a empresa colonial foi um projeto levado a cabo pelo capital metropolitano foi questionado por Florentino e Fragoso (2001) para o caso português. Os autores argumentam, apoiados em sólido material empírico, que a colonização lusa, em decorrência da fraca burguesia desse país, foi um empreendimento estatal perpetrado pela Coroa em aliança com a aristocracia, o que criou as condições da preeminência do capital mercantil residente na colônia brasileira.

⁹ A partir de determinado momento, Lisboa e Madrid são, elas próprias, “satelizadas” por Londres e Amsterdã.

abandonadas pela sua metrópole, tais regiões experimentam um declínio acentuado e eventualmente são vistas como atrasadas, isoladas ou feudais. De acordo com Frank, o nordeste e o norte brasileiro e a região das Minas Gerais são exemplos desse fenômeno, assim como o altiplano peruano e boliviano e os estados centrais do México. O latifúndio que a alguns parece feudal, por mais que seja atrasado e vinculado a uma economia de subsistência, foi, outrora, um empreendimento comercial vinculado ao mercado mundial (FRANK, 1969).

Deste modo, o subdesenvolvimento tem seus aliados internos nos países subdesenvolvidos, representados pelos setores majoritariamente mercantis e cidadãos das metrópoles internas – conclusão que enriquece bastante a formulação. Frank chega a apresentar exemplos históricos da luta entre os setores coloniais antagônicos nos conflitos entre os unionistas de Buenos Aires e os federalistas provincianos na Argentina e também na Guerra do Paraguai, quando as metrópoles de Buenos Aires, Montevideú e Rio de Janeiro, e sobre elas Londres, insurgiram-se contra uma tentativa de desenvolvimento autônomo perpetrada pelo Paraguai, a qual se caracterizava justamente pelo isolamento em relação ao mercado mundial. Analogamente, no século XX, o desenvolvimento industrial de São Paulo acentua o subdesenvolvimento do nordeste brasileiro (FRANK, 1969).

Assim, conclui-se que “em contraste com o desenvolvimento da metrópole mundial que não é satélite de ninguém, o desenvolvimento da metrópole nacional e de outras a ela subordinadas é limitado por sua condição de satélite” (FRANK, 1969, p. 9, tradução livre). Os satélites se desenvolvem em grau mais acentuado quando suas ligações com a metrópole são enfraquecidas. Há dois tipos de situação de isolamento em que isto é mais visível: quando uma guerra ou crise na metrópole causa isolamento temporário, e nos casos de regiões que eram fracamente integradas ao sistema mercantilista e capitalista. Remetendo ao primeiro tipo, Frank lembra que a América Latina desenvolveu-se de forma mais acentuada durante a crise europeia do século XVII, durante as guerras napoleônicas e durante as guerras mundiais e a Grande Depressão. Remetendo ao segundo, o autor menciona os casos de Tucumán e Assunção, do Chile antes da abertura da rota de Magalhães, e até do Japão da era Meiji. De todo modo, esta hipótese também resulta em que o desenvolvimento autônomo experimentado pelo satélite é revertido quando a metrópole retoma com ele seus laços, o que parece ter ocorrido com a industrialização latino-americana a partir da década de 1950. Só há desenvolvimento autopropetuido e ilimitado de forma autônoma (FRANK, 1969).

Frank critica, assim, a tese feudalista por suas “conclusões teóricas e políticas”. Estas apontam para a destruição do feudalismo no campo e a transição completa ao capitalismo como a solução para o problema do subdesenvolvimento. Segundo Frank, tais conclusões apoiam-se, na verdade, em um

uso equivocado das categorias “feudal” e “capitalista”, o qual toma por centrais algumas características que não passariam de meros “traços” das relações feudais ou capitalistas. Quais seriam esses “traços”? Frank responde: “tipos de relação entre proprietários e trabalhadores, comportamento e motivação das pessoas, técnicas de produção e distribuição, etc.” (FRANK, 2005, p. 157, tradução livre). Deixando de lado esses “traços” como manifestações fenomênicas peculiares, o autor concentra-se no que para ele é central: “quaisquer que sejam os tipos de relações pessoais que existam em um sistema feudal, o determinante nele, para nosso propósito, é que se trata de um sistema fechado ou debilmente ligado ao mundo exterior” (FRANK, 2005, p. 157, tradução livre). Parece, portanto, que é Frank quem toma traços secundários por fundamentais, desconsiderando justamente as categorias essenciais que se abstraem do conceito “modo de produção” (ALTHUSSER, 2007; GORENDER, 2016; MARX, 1971a): as relações de produção e as forças produtivas.

A SÍNTESE DE LACLAU

Laclau (1971) concorda com a afirmação de que a “penetração” do capitalismo não desenvolveu as sociedades latinoamericanas, entendendo que as regiões supostamente “atrasadas” são também ligadas ao mercado internacional (isto é, não se encontram isoladas) e identificando como um problema a ser resolvido a pergunta de como o capitalismo produz subdesenvolvimento. O autor discorda, contudo, do diagnóstico de Frank, que apresenta essas sociedades como capitalistas, e procura solucionar a questão nos quadros de uma economia feudal.

Laclau se pergunta o que Frank entende por “capitalismo”, afirmando que ele não deixa uma do último uma definição explícita para além da afirmação vaga de que sua “contradição interna” é uma entre “exploradores e explorados”. Laclau pontua, portanto, que qualquer sociedade de classes é marcada por essa mesma contradição;¹⁰ em seguida, infere que, para Frank, capitalismo é, na verdade,

a) um sistema de produção para o mercado, em que b) o lucro constitui a razão da produção, e c) esse lucro é realizado em benefício de outra pessoa que não o produtor direto, que é então dele despojado. Por outro lado, por feudalismo deveríamos entender uma economia fechada de subsistência. A existência de um mercado substancial constitui portanto a diferença decisiva entre ambos (LACLAU, 1971, p. 24–25, tradução livre).

Vemos portanto que tal entendimento está de acordo com a citação textual de Frank apresentada acima. Laclau surpreende-se que nas definições de Frank não há qualquer menção às relações de produção, o que explica a sua referência à contradição fundamental do capitalismo a uma vaga oposição entre exploradores e explorados: abstraindo das relações de produção, Frank

¹⁰ Deste modo, Laclau critica a definição excessivamente ampla de Frank que o leva a ver capitalismo no século

(C)onsegue chegar a uma definição de capitalismo ampla o suficiente para incluir as diferentes situações de exploração vividas pelo campesinato indígena peruano, pelos *inquilinos* chilenos, pelos *huasipungueros* equatorianos, pelos escravos das plantagens¹¹ açucareiras das Índias Ocidentais ou pelos trabalhadores têxteis em Manchester, pois todos esses produtores diretos produzem para o mercado; eles trabalham em benefício de outros, e são privados do excedente econômico que ajudam a criar. Em todos esses casos a contradição econômica fundamental é aquela que opõe exploradores e explorados. O único problema é que a lista é demasiado curta, pois ela poderia incluir o escravo no *latifundium* romano ou o servo da gleba na Idade Média europeia, pelo menos naqueles casos – a imensa maioria – em que o senhor girava parte do excedente econômico extraído do servo para venda. Logo, poderíamos concluir que da revolução neolítica em diante não houve nada além de capitalismo (LACLAU, 1971, p. 25, tradução livre).

A crítica é dura e precisa, e não deixa de ser divertidamente irônico que a evolução posterior do pensamento de André Gunder Frank chega mesmo à conclusão, adiantada por Laclau, de que o capitalismo domina a humanidade há cinco mil anos (FRANK; CHEW; LAUDERDALE, 2010).

Laclau cita ainda uma polêmica que Frank manteve com Rodolfo Puiggrós a respeito dos engenhos escravistas no Brasil e no Caribe, em que o primeiro cita Marx pretendendo deduzir do excerto que este classificou esses engenhos como capitalistas. A citação é a seguinte:

...(n)o segundo tipo de colônias – as plantagens, que são, desde o momento de sua inepção, especulação comercial, centros de produção para o mercado mundial – um regime de produção capitalista existe, mas apenas formalmente, pois a escravidão entre os negros exclui o trabalho livre assalariado, que é a base sobre a qual a produção capitalista se estabelece. Contudo, aqueles que negociam com o tráfico de escravos são capitalistas. O sistema de produção introduzido por eles não se origina na escravidão, mas foi introduzido a ela. Nesse caso o capitalista e o senhor são a mesma pessoa... (MARX, apud LACLAU, 1971, p. 26, tradução livre).

Laclau argumenta que o excerto marxiano prova precisamente o contrário do que pretende Frank, de forma que Marx entenderia que o capitalismo existiu nos engenhos apenas formalmente; o mercado mundial sendo já capitalista permite com que os senhores de engenho dele participem sem que, contudo, seu próprio modo de produção seja capitalista. O argumento seria esclarecido por um recorte temporal adequado, visto que não é evidente em que momento histórico Laclau entende que os senhores de engenho participam de um “mercado mundial capitalista”, quanto mais quanto, em Frank, esse momento data do próprio surgimento dos engenhos coloniais de açúcar no século XVI. No entanto, se seguirmos a argumentação do autor, podemos presumir o seu enquadramento histórico. Ele adiciona, em seguida, uma citação do trecho acerca das *Formações econômicas precapitalistas* do *Grundrisse*, no intuito de aclarar seu ponto:

Não obstante, esse erro não é de nenhum modo maior que o de todos os filólogos, p. ex., que falam de *capital* na Antiguidade, de capitalistas romanos, gregos. Isso é apenas outro modo de dizer que na Roma e na Grécia o trabalho era *livre*, o que dificilmente estes senhores estariam dispostos a afirmar. Que os donos de plantagens na América **agora** não apenas os chamemos capitalistas, mas que o *sejam*, se baseia no fato de que eles existem com uma

¹¹ Sigo Gorender (2016) na tradução do termo inglês “plantation”.

anomalia dentro de um mercado mundial baseado no trabalho livre (MARX, 1971b, p. 476, tradução livre, itálicos no original, negrito meu).

A citação da edição inglesa utilizada por Laclau não contém o advérbio “agora”, que entretanto entendo ser fundamental para a compreensão da posição que Laclau adota com base em Marx.¹² Sua presença indica que os donos de plantagens sejam considerados capitalistas *apenas atualmente*, quando existem no mercado mundial como uma anomalia, como representantes de uma relação de produção que é um vestígio de uma forma passada de organização da sociedade que a sociedade burguesa arrasta consigo (MARX, 1971a). Sua presença no século XIX, quando escreve Marx, não nos autoriza, penso eu, a inferir que eles eram capitalistas desde o momento de seu surgimento no século XVI, como quer Frank, mas que se adaptaram as novas condições colocadas pela emergência do mercado mundial. Isto não exclui, por óbvio, a necessidade de realização das mercadorias produzidas pelas plantagens no mercado mundial que emerge a partir do século XV (GORENDER, 2016; PIRES; COSTA, 2000). Contudo, não se pode falar em *modo de produção* capitalista enquanto não for dado o passo derradeiro com a constituição do trabalho assalariado.

Esta parece ser a posição de Laclau, enfim, quando sublinha que as condições estruturais para a emergência do capitalismo não existiam enquanto a produção continuou se baseando majoritariamente em formas de trabalho não-livre. Este fato não é modificado pelo acúmulo de capital nas mãos da burguesia por meio do comércio mundial, visto que permanece “o fato decisivo que esse capital era acumulado pela absorção do excedente econômico produzido por meio de relações de trabalho muito diferentes do trabalho livre” (LACLAU, 1971, p. 27).

Laclau conclui que a proposição de estratégia revolucionária que Frank tira de sua análise do capitalismo latino-americano, qual seja, a de que o último foi plenamente constituído no continente desde o começo da colonização, e que portanto a tarefa da revolução democrático-burguesa (destruir o feudalismo) está concluída na América Latina, tem um significado deveras distinto daquele entendido pela tradição marxista latino-americana. É que, para Frank, transição ao capitalismo seria equivalente a penetração de relações de mercado nos rincões feudais, enquanto que para os “marxistas” seria a destruição de “coerções extraeconômicas que pesam sobre o campesinato, absorvendo boa parte de seu excedente econômico, e portanto retardando o processo de diferenciação interna entre as classes rurais e, deste modo, a expansão do capitalismo agrário” (LACLAU, 1971, p. 28, tradução livre).

¹² Não tive acesso ao original alemão de Marx e não estou em condições de afirmar se a posição de Laclau coincide ou não com a de Marx.

Isto significa que a visão, dita “etapista”, da revolução latino-americana está correta, e que, logo, deve ser concluída a etapa democrático-burguesa da mesma, eliminando completamente o feudalismo e concluindo a transição continental ao capitalismo? Laclau entende que não, dando a razão a Frank quando este afirma que o desenvolvimento mundial do capitalismo gera subdesenvolvimento no satélites, em especial na América Latina. Como, então, explicar esse fato, sem dar razão ao segundo também acerca da plena integração do continente ao capitalismo, este mundial?

Laclau argumenta que o desenvolvimento mundial do capitalismo gera subdesenvolvimento na América Latina precisamente reforçando as relações de produção precapitalistas que aí existem. Neste ponto, o autor afasta-se definitivamente, portanto, das teses dualistas, sublinhando que tais relações de produção não apenas não são incompatíveis com o capitalismo, mas que, nos momentos de expansão deste último, os laços servis são reforçados de modo a extrair-se do trabalhador e da trabalhadora um *quantum* maior de excedente econômico, o que, aliás, teria acontecido também na Europa Oriental a partir do século XVI. Nos dizeres de Stern,

Frank had demolished the "dual society" thesis of the modernization theorists by demonstrating that Latin America's "backward" regions had been inserted, on exploitative terms, into the world capitalist system, but this contribution hardly demonstrated that such regions were themselves capitalist.

Assim, ao contrário do que pensa Frank, afirmar o caráter feudal das relações de produção na América Latina não coincide necessariamente com a afirmação de teses dualistas (LACLAU, 1971).

O dualismo implica que não há conexões entre o setor “moderno” ou “progressista” e o setor “fechado” ou “atrasado”. Mas nós afirmamos que, ao contrário, a exploração servil foi acentuada e consolidada pela mesma tendência dos empresários – presumivelmente do tipo “moderno” – de maximizar os lucros; a aparente falta de ligação entre os dois setores assim desaparece. Nesses casos podemos afirmar que a modernidade de um setor é uma função do atraso do outro, e que portanto nenhuma linha política que se apresente como a “esquerda” do “setor modernizante” é revolucionária. É, ao contrário, correto confrontar o sistema como um todo e mostrar a unidade indissolúvel que existe entre a manutenção do atraso feudal em um extremo e o aparente progresso de um dinamismo burguês no outro. Acredito que desta maneira podemos eficazmente demonstrar, concordando com Frank, que o desenvolvimento de fato gera subdesenvolvimento, exceto que baseamos nosso raciocínio nas relações de produção e não apenas nas relações mercantis (LACLAU, 1971, p. 31, tradução livre).

Laclau passa então a confrontar a posição de Frank com o que chama de “tese feudal” adota pelos partidos comunistas latino-americanos, que, segundo afirma, mantinham posições dualistas. A fonte de seu equívoco, de acordo com Laclau, é que adotam, em realidade, definições de feudalismo e capitalismo similares às de Frank, tomadas do liberalismo latino-americano – de onde vêm originalmente a esquerda do continente – o qual historicamente adotou posições dualistas. O autor

argumenta que a posição de Frank e outros é nada mais que o oposto diametral dessa posição equivocada, e que embora seja relativamente mais correta que a última, por situar a contradição fundamental na esfera da circulação – e não na da produção – só pode ir até o meio do caminho na explicação da razão do desenvolvimento gerar subdesenvolvimento (LACLAU, 1971).

Como o conhecimento da realidade histórica e presente tornou cada vez mais evidente que as economias latino-americanas *sempre* foram economias de mercado, e como o fracasso político das reformistas e supostamente progressistas elites latino-americanas revelou cada vez mais claramente as íntimas conexões entre os setores “moderno” e “tradicional”, uma nova escola conclui que a América Latina sempre foi capitalista. Frank e aqueles que pensam como ele – e são muitos – aceitam os termos do dilema como os partidos comunistas latino-americanos e os liberais do século XIX os propuseram, mas se colocam no extremo oposto (LACLAU, 1971, p. 32, tradução livre).

Laclau discute as categorias “modo de produção” e “sistema econômico”¹³ para lembrar que o *sistema econômico* capitalista mundial – e Frank de fato trabalha com essa categoria – pode incluir vários modos de produção, e ele demonstra, *teoricamente*, que a acumulação de capital no sistema na verdade dependeu da expansão das relações precapitalistas na periferia, no tempo do capitalismo concorrencial oitocentista. Não é meu escopo adentrar nessa discussão; vale a pena mencionar entretanto que Laclau adverte que a evidência empírica disponível à época da publicação do artigo era insuficiente para comprovar essa tese. De todo modo, o autor argumenta que os protagonistas do debate “feudalismo x capitalismo”, de ambos os lados, confundem os conceitos “modo de produção capitalista” e “participação num sistema econômico capitalista mundial”, confusão esta que explicaria seus equívocos. (LACLAU, 1971, p. 37; STERN, 1988).

CONCLUSÕES

É possível pensar que as interpretações feudalistas tinham mote comparar o subdesenvolvimento latino-americano com o desenvolvimento europeu e estadunidense – que passou pela industrialização capitalista – daí concluindo pelo *atraso* feudal de nosso continente, alheio a essas transformações. O subdesenvolvimento é então produto de não termos passado, *ainda*, pelas transformações estruturais geradas pelo capitalismo, estando na condição que esses países outrora estiveram. Por outro lado, é inegável que essas teses representam uma tipologia mais correta das relações de produção em presença, que têm na extração da renda da terra seu aspecto decisivo.

¹³ “Nós portanto designamos por modo de produção a articulação lógica e mutuamente coordenada de: 1. um determinado tipo de propriedade dos meios de produção; 2. uma determinada forma de apropriação do excedente econômico; 3. um determinado grau de desenvolvimento da divisão do trabalho; 4. um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas. Isto não é uma numeração meramente descritiva de fatores isolados, mas uma totalidade definida por suas interconexões mútuas. Nessa totalidade, a propriedade dos meios de produção constitui o elemento decisivo. (...) Um ‘sistema econômico’, por outro lado, designa as relações mútuas entre diferentes setores da economia, ou entre diferentes unidades produtivas, seja numa escala regional, nacional ou mundial” (LACLAU, 1971, p. 33, tradução livre).

Frank criticou as teses feudalistas segundo aquele pensamento, e com isso pôde jogar luz sobre aspectos fundamentais do desenvolvimento do capitalismo, os quais representam não mais que tendências à concentração e centralização do capital através do direcionamento, por meio da circulação, do valor produzido pelo trabalho às regiões mais produtivas. Sua definição de capitalismo, contudo, cujo início data do século XVI, faz com que entenda esse processo como sendo da mesma natureza desde então, o que é questionável. Laclau adota portanto as teses de Frank acerca do desenvolvimento do subdesenvolvimento, acrescentando que isto ocorre através do reforço das próprias relações precapitalistas de produção. Não obstante, se retornarmos a Sodré, poder-se-ia que sua interpreta o já cont m a hipótese de um modo de produ o na periferia e outro no centro em que ambos estejam articulados em benefício do desenvolvimento do último, o que   dado pela dualidade universal-local. O desenvolvimento desta hipótese foge ao presente escopo, ficando contudo a indica o de seu tratamento mais sistemático.

Outrossim, essa linha de interpreta o que talvez tenha suas raízes em Sodré e Laclau poderia ser trazida com proveito a debates mais recentes. Relaciona-se, por exemplo   discussão que faz Issa Shivji das duas “tendências” da acumula o de capital, a saber, a “acumula o capitalista”, predominante no centro, e a “acumula o primitiva”, predominante na periferia e, ao contrário da acumula o primitiva marxiana (MARX, 2008) e mais no sentido de Rosa Luxemburgo (1970), constitui uma tendência permanente no capitalismo (SHIVJI, 2018). Outro exemplo   dado pela teoria do imperialismo do casal Patnaik, segundo a qual o capitalismo s  sobrevive extraindo trabalho de trabalhadores que, embora ligados ao capitalismo, estão sujeitos a rela es de produ o precapitalistas na periferia (PATNAIK; PATNAIK, 2017). Seria igualmente interessante incorpor las aos debates recentemente travados no âmbito da teoria da reprodu o social, especialmente com rela o aos conceitos de explora o e expropria o como propostos por Nancy Fraser (FRASER, 2016; FRASER; JAEGLI, 2018),¹⁴ o que também se indica como objeto de pesquisas futuras.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investiga o). In: ZIZEK, S. (Ed.). . **Um mapa da ideologia**. Tradua o Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

AMIN, S. Para uma visão não eurocêntrica da história. In: **Eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. Lisboa: Dinossauro, 1999. p. 156–194.

¹⁴ Cf. também Bhattacharya e Vogel (2017).

AMIN, S. **Theory is History**. Cham: Springer International Publishing, 2014. v. 17

BANAJI, J. **Theory as history: essays on modes of production and exploitation**. Chicago, Ill.: Haymarket, 2011.

BHATTACHARYA, T.; VOGEL, L. (EDS.). **Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression**. First published ed. London: Pluto Press, 2017.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANK, A. G. **Latin America: underdevelopment or revolution: essays on the development of underdevelopment and the immediate enemy**. New York; London: Monthly Review Press, 1969.

FRANK, A. G. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. [s.l.] Centro de Estudios Miguel Enríquez; Archivo Chile, 2005.

FRANK, A. G.; CHEW, S. C.; LAUDERDALE, P. (EDS.). **Theory and methodology of world development: the writings of Andre Gunder Frank**. 1st ed ed. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

FRASER, N. Expropriation and Exploitation in Racialized Capitalism: A Reply to Michael Dawson. **Critical Historical Studies**, v. 3, n. 1, p. 163–178, mar. 2016.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalism: a conversation in critical theory**. Medford, MA: Polity, 2018.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HALDON, J. F. **The state and the tributary mode of production**. London ; New York: Verso, 1993.

LACLAU, E. Feudalism and Capitalism in Latin America. **New Left Review**, v. I, n. 67, p. 20, jun. 1971.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação Do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARX, C. **El capital: crítica de la economía política**. 2. ed. México: Fondo de Cultura

Económica, 1959. v. III

MARX, K. Introdução. In: **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971a. v. 1p. 1–33.

MARX, K. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971b. v. 1

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PATNAIK, U.; PATNAIK, P. **A theory of imperialism**. New York: Columbia University Press, 2017.

PCB. Declaração sobre política do Partido Comunista Brasileiro (março de 1958). In: **20 anos de política. Documentos**. São Paulo: Lech, 1980a.

PCB. VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro: informe de balanço do Comitê Central (1967). In: **20 anos de política. Documentos**. São Paulo: Lech, 1980b.

PIRES, J. M.; COSTA, I. D. N. DA. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 87–120, abr. 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRESTES, L. C. São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política. In: PCB (Ed.). . **20 anos de política. Documentos**. São Paulo: Lech, 1980.

SHIVJI, I. G. Whither Africa in the Global South? Lessons of Bandung and Pan-Africanism. In: MOYO, S. (Ed.). . **Reclaiming Africa**. N.D.: Springer, 2018.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SODRÉ, N. W. Modos de produção no Brasil. In: LAPA, J. R. DO A. (Ed.). . **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

STERN, S. J. Feudalism, Capitalism, and the World-System in the Perspective of Latin America and the Caribbean. **The American Historical Review**, v. 93, n. 4, p. 829–872, 1988.